

Digitalização da TV: organização social e comunicacional

Paola Madeira Nazário*

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital**: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007. 328 p.

Este livro foi publicado pela editora Paulus e constitui o trabalho altamente científico dos autores César Ricardo Siqueira Bolaño e Valério Cruz Brittos.

Esta obra bibliográfica traz importantes colaborações a temáticas, como a convergência tecnológica em geral e, especialmente, o processo de digitalização da televisão. O livro é dividido em duas partes contendo em sua totalidade oito capítulos.

A primeira parte, *A lógica digital na indústria televisiva*, compreende os cinco primeiros capítulos da obra. No primeiro, *Economia política e indústrias culturais*, é tratado o enfoque teórico que foi constituído o livro. Primeiramente o capítulo traz uma definição da metodologia Economia Política da Comunicação, colaborando na construção da análise das estratégias implementadas pelos agentes estatais e pelos operadores televisivos no processo de regulamentação da TV digital.

Os autores também desenvolvem abordagens sobre o processo histórico de expansão do capitalismo, afirmando nessa parte do livro que o capital consegue impor sua lógica de expansão ao conjunto de uma sociedade, relatando com nitidez o *impulso civilizatório do capital*.

O primeiro capítulo do livro centra-se no surgimento, movimentos e mutações da indústrias culturais e suas relações com o capitalismo. Aborda também as modificações no desenvolvimento das comunicações e suas indústrias, principalmente nesse início de século. Os autores inserem nesse quadro a digitalização dos sistemas televisivos, suas problemáticas e nova configuração nas estruturas de mercado, suas estratégias de concorrências, estrutura produtiva e recriação dos mercados. Além disso, são levantadas questões sobre a importância da intervenção estatal na inovação de normativas para a regulamentação audiovisual.

No capítulo *Capitalismo, cultura e paradigma digital* os autores abordam que, dentre

* Graduada em Publicidade Propaganda pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), mestranda pela mesma instituição, com ingresso em 2007, e membro do grupo de pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade (CEPOS).

os efeitos do capital, está a revolução da microeletrônica e sua responsabilidade nas novas configurações dos modos de produção e a subsunção do trabalho intelectual. E discutem o surgimento de uma sociedade de informação, responsável por um novo padrão de acumulação do capital e modos de vida da sociedade, firmando a expansão de uma cultura global.

Tecnologia e esfera pública trata das mudanças estruturais no capitalismo configuradas pela sociedade global e suas implicações na esfera pública, além de abordar as tecnologias da informação como determinantes históricas, configuradas nos mesmos moldes conflituosos da esfera pública burguesa. Esta, segundo os autores, é um ambiente de conflito, onde se situam os movimentos de comunicação popular organizados.

É abordado que nesse momento de reestruturação capitalista se percebe novos espaços para a articulação de grupos periféricos, que podem resultar em uma participação cidadã mais efetiva. Trata a necessidade de políticas públicas que faça da digitalização da comunicação um ambiente mais democrático.

Utilizando como argumento a abordagem de Habermas e as mudanças estruturais na esfera pública, este capítulo traz a visão que a inovação tecnológica da digitalização é um espaço em potencial para a articulação dos setores populares na recriação da mídia. No entanto, para isso é necessário a diferenciação entre os espaços público e privado.

Os autores invocam as análises de Habermas para inserir as indústrias culturais como agente de *formalização da discussão*, atribuindo um caráter de superficialidade do que deveria ser uma conversação racional entre cidadãos.

Os autores tecem seus comentários também sobre a possibilidade da inovação da TV digital ser encarada como um ambiente que pode vir a tornar-se um espaço público democrático, onde pode ser alcançada a meta de se ter uma esfera pública global. Mas, para isso, o acesso a esta esfera não pode ser restrito a setores cultos e relativamente ricos, sob pena de formar uma esfera pública global altamente excludente.

No entanto, é salientado pelos autores que as possibilidades de efetivos avanços democráticos que o novo meio de comunicação oferece só poderão ser viabilizadas com o controle das regras do mercado pelo ambiente estatal, sendo a exclusão inerente ao sistema capitalista.

O capítulo *Padrões e movimentos estruturantes* trabalha como se processou a escolha e debates do padrão tecnológico de transmissão de sinal digital. Primeiramente explica o processo de digitalização do sinal televisivo, suas estruturação, aplicações, benefícios, problemáticas e ambientes de pesquisa formados no desenvolvimento dessa tecnologia.

O capítulo trata dos aparatos tecnológicos que são necessários para a conversão do sinal e as diferenciações tecnológicas da televisão de alta definição (HDTV). Além dessas questões, aborda as vantagens da imagem em alta definição, por um lado, e a capacidade de multiplicação de sinal, provinda da TV digital, por outro, onde um mesmo canal pode transmitir até seis programações diferentes.

Os autores também levantaram questões a cerca dos três grandes padrões de TV digital: o japonês *Integrated Services Digital Broadcasting* (ISDB), o europeu *Digital vídeo broadcasting* (DVB) e o padrão norte-americano *Advanced Television System Committee* (ATSC).

São descritos nesse capítulo o desenvolvimento tecnológico de cada padrão, articulando suas diferenças e comparações entre frequências, modelos, mobilidades e modulações. É destacado ainda o padrão chinês de TV digital, o *Digital Multimedia Broadcast* (DMB), e seu desenvolvimento tecnológico.

Os autores concomitantemente levantam dados sobre o crescimento dos assinantes de TV digital no mundo nos últimos cinco anos, especialmente nos modelos de transmissão terrestre digital, satélite digital e cabo digital.

Em seguida é relatado o modelo de aplicação da tecnologia da TV digital em vários países, seu estágio de implementação, problemáticas e movimentos realizados em torno da sua regulamentação.

O capítulo 5 da primeira parte do livro, *Regulamentação*, trata do cenário de regulamentação do sistema brasileiro de audiovisual, abordando seu caráter conservador e progressista.

Os autores citam a trajetória de formulação, problemática do Conselho de Comunicação Social (CCS), Lei de Informática, Lei Geral das Telecomunicações (LGT), ante projeto da Lei da Radiodifusão, criação da Anatel, Lei da TV a Cabo e Lei Geral da Comunicação Eletrônica de Massa (LGCEM).

Nessa parte do livro foram tratadas também as problemáticas da abertura ao capital estrangeiro por parte das empresas midiáticas e os movimentos da Associação Brasileira de emissoras de Rádio e Televisão (ABET).

Os autores abordam o tema do surgimento das discussões sobre a TV digital dentro do governo, passando pelos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, citando no primeiro a constituição da Comissão Assessora de Assuntos de Televisão (COM-TV), a qual foi substituída pela Anatel, em 1997, e a criação do grupo Abert/Set.

Os autores relatam no governo Fernando Henrique o incentivo dado às empresas privadas para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à digitalização. No período FHC houve uma primeira definição – através de testes promovidos pelas emissoras e sem a participação da sociedade em geral – em torno do padrão japonês como o mais viável para o Brasil, o qual contempla os interesses do empresariado.

Além disso, os autores apresentam um estudo analítico das ações e omissões do governo brasileiro quanto à definição da TV digital e seu período de teste. São considerações dos autores: os resultados dos testes acolheram a pretensão dos empresários do setor midiático; faltou debate com os receptores expostos aos testes de transmissão digital; o Congresso e o CCS não tiveram a devida participação no processo de discussão; os setores populares tiveram escassa presença nas consultas públicas; as sugestões colocadas em debate por parte de alguns setores não receberam o necessário desrespeito governamental.

A parte II é introduzida pelo capítulo *TV por assinatura*, ressaltando os tipos de sistemas de televisão por assinatura (TV a cabo, DTH, MMDS, UHF codificado e o LMDS), bem como oferecendo dados sobre o mercado internacional de TV por assinatura, o número de outorgas, as prestadoras de serviço de televisão paga por tecnologia e as áreas e municípios atingidos por serviços televisivos por assinatura, segundo suas tecnologias.

Bolaño e Brittos debatem também o cenário da TV por assinatura no Brasil, com dados sobre sua abrangência populacional em cada estado do país, além do *market share* dos grandes grupos e multioperadoras e o tipo de tecnologia adotada por estas corporações. Simultaneamente, são discutidos os tipos de anunciantes e movimentação acionários, concentração de mercado e sistemas interativos desse segmento de comunicação.

Na seqüência, o capítulo *TV aberta* primeiramente sinaliza uma mudança do modo de ver televisão, por parte do telespectador, e as estratégias que serão implementadas pelas corporações midiáticas, as quais tendem a fazer movimentos globalizantes.

Segundo os pesquisadores, o crescimento nos padrões de concorrência das redes de televisão se dá devido ao novo cenário de do audiovisual, o qual é modificado pelos tempos de digitalização, influências do neoliberalismo e do capitalismo avançado.

Neste capítulo foi tratada também a posição hegemônica da Rede Globo no mercado nacional, a oscilação de audiência da emissora na última década e a trajetória de ocupação do mercado pelas redes SBT, Bandeirantes e Record. Similarmente, foram salientadas as estratégias de produção de conteúdo, na busca de expansão de mercado.

Outro ponto ressaltado foi a fragilidade que a Rede Globo apresenta atualmente para

manter seus índices de audiência, nesta *Fase da Multiplicidade da Oferta*, a qual, entre outras questões, apresenta uma elevação da aleatoriedade da realização de produtos culturais, que leva à desconcentração da audiência televisiva no Brasil. Este fato se dá devido à crescente disponibilidade, qualitativa e quantitativa, de programação e de emissoras.

Esses elementos são discutidos em meio à apresentação de temáticas como digitalização, seus custos e experiências das emissoras na produção e transmissão de produtos audiovisuais. Por fim, é trabalhada a crise da mídia brasileira, seu endividamento e movimentos em busca de capitalização, considerando principalmente a Rede Globo e sua trajetória de negócio.

Concluindo, o livro prestou grande favor à percepção do cenário midiático nesse momento de digitalização, com a mensagem dos autores em lembrar que o período de transição para o patamar digital deve ser aproveitado pelas instâncias sociais como um espaço para a ampliação do debate sobre a democratização da comunicação.